

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM
REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL**

CELEBRADA ENTRE

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATA

19 DE SETEMBRO DE 2012

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM
REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (duas) Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central" ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como categoria "B", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com sede no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 313.000.117-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, quando em conjunto com Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de setembro de 2012 ("RCA"), conforme proposta da Diretoria, nos termos do inciso XI do artigo 10 do seu estatuto social. De acordo com a RCA, foram aprovados (i) a Emissão (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e (ii) a Oferta (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385/76"), Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2. REQUISITOS

2.1 A Segunda emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão") e a Oferta (conforme termo definido abaixo) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *Arquivamento e Publicação da Ata da RCA.* Nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA da Companhia será arquivada na JUCEMG, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Correio de Uberlândia ("Correio de Uberlândia"). Os atos societários que eventualmente venham a ser realizados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no DOEMG e no Correio de Uberlândia, conforme legislação em vigor.

II. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão no Registro do Comércio.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEMG. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido abaixo), de modo a especificar (i) o número de séries, (ii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, se for o caso, e (iii) as taxas finais aplicáveis às Debêntures ("Aditamento").

III. *Distribuição Primária.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA.

IV. *Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

V. *Registro pela CVM.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição ("Oferta"), que deverá ser registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385/76, da Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme aditado em 25 de janeiro de 2010 e 08 de maio de 2012, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente).

VI. *Análise Prévia pela ANBIMA.* A Oferta será registrada pela ANBIMA na forma e prazo previstos (i) no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA"); e, em relação às Debêntures da Segunda Série, (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1 de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa").

VII. *Condições Suspensivas de Obrigações e Deveres relativas ao Novo Mercado de Renda Fixa.* As obrigações, restrições e os deveres previstos nas Cláusulas 6.17.1, 6.18, 6.19.1 e 6.19.2 desta Escritura de Emissão somente tornar-se-ão eficazes na hipótese das Debêntures da Segunda Série serem efetivamente registradas no Novo Mercado de Renda Fixa, nos termos do Código ANBIMA de Renda Fixa.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração. Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também: (a) comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade; (ii) participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações; (v) exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) até 66% (sessenta e seis por cento) para o resgate de debêntures de sua primeira emissão ("Debêntures da Primeira Emissão") no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão; e (ii) no mínimo, 34% (trinta e quatro por cento) para o reforço do capital de giro da Companhia, sendo certo que o valor eventualmente não utilizado para o resgate das Debêntures da Primeira Emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão será também alocado para o reforço de capital de giro da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, individual e não solidária, para a Primeira Série e Segunda Série (conforme termos definidos abaixo), no valor de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), com a intermediação de Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim" ou "Coordenador Líder"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú

BBA”) e Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander” e, em conjunto com o Banco Votorantim e Itaú BBA, os “Coordenadores”), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Segunda Emissão da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central” celebrado entre a Companhia e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

5.1.1 A Oferta será realizada de acordo com os termos descritos na Cláusula 2.1(V) acima, e utilizando-se do procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração as relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Companhia, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição de que trata esta Cláusula, com expressa anuência da Emissora, os Coordenadores assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições financeiras integrantes do consórcio de distribuição da Oferta recebam previamente exemplar do prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo” e quando considerados em conjunto, “Prospectos”), incluindo o Formulário de Referência (conforme termo definido abaixo), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

5.1.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (iii) a publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”); e (iv) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM 480, a ele incorporado por referência (“Formulário de Referência”). Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”).

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição em conjunto com a Companhia da (i) realização da Emissão em Série única ou em duas Séries (conforme termos definidos abaixo); (ii) do número de Debêntures a serem emitidas e da quantidade das Debêntures a

serem alocadas em cada uma das Séries, se for o caso; e (iii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido) ("Procedimento de Bookbuilding").

5.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio do Aditamento será divulgado, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.4 *Prazo de Subscrição.* Observado o disposto na Cláusula 5.1.2 acima, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.

5.5 *Forma e Preço de Subscrição e de Integralização.* A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário (conforme termo definido abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição"), por meio do SDT ou do DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA respectivamente, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a segunda emissão de Debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo), sem considerar opção de Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais, conforme termos definidos abaixo ("Valor Total da Emissão").

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures (conforme termo definido abaixo), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme termos definidos abaixo), sendo que as quantidades de Debêntures a serem alocadas na primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e na segunda série ("Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Debêntures") será definida em sistema de vasos comunicantes

conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série será objeto do Aditamento, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme termo definido abaixo) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

6.3.3 Caso as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares sejam emitidas, conforme disposto acima, os Coordenadores farão a distribuição das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures Suplementares sob regime de melhores esforços de colocação.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A primeira série ("Primeira Série") e a segunda série ("Segunda Série" e, quando em conjunto com a Primeira Série, doravante denominadas "Séries") serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de garantia firme, individual e não solidária, até o valor total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escriutadora (conforme termo definido abaixo), e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA (conforme o caso) extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.7 *Instituição Escriutadora e Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64, e o banco mandatário das Debêntures é o Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Instituição Escriutadora" e "Banco Mandatário", respectivamente).

6.8 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.9 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures listadas na Cláusula 6.25 abaixo.

6.11.1 Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o valor nominal unitário após cada Data de Amortização (conforme termo definido abaixo) ou após eventual amortização extraordinária, se ocorrer.

6.12 *Remuneração:* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.12.1 *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas cláusulas abaixo:

6.12.1.1 *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

6.12.1.2 *Juros Remuneratórios:* As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa máxima a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* limitada à uma taxa máxima de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termos

definidos abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme termos definidos abaixo), de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

6.12.1.3 Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo).

6.12.1.4 A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série, nos termos da RCA.

6.12.1.5 O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

6.12.1.6 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = Fator DI x Fator Spread

Fator DI = Produtório das Taxas DI Over, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde,

Spread ou sobretaxa = a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, máximo de 1,5000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.12.1.7 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI Over.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI Over. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.12.1.8 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.12.1.8 *Indisponibilidade da Taxa DI Over.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI Over. O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo) da

Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI Over divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.9 Caso a Taxa DI Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI Over nos termos aqui previstos, a última Taxa DI Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.10 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

I. A Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou

em prazo maior a ser definido de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou

II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa acordada entre a Emissora e a maioria simples dos Debenturistas mencionada nesta cláusula, a qual deverá observar os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2 *Remuneração das Debêntures da Segunda Série:* A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

6.12.2.1 *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado

monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

6.12.2.2 Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (v) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- (vi) a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será paga nas mesmas datas e na mesma proporção das amortizações do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.12.2.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

6.12.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação

(“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

6.12.2.5 Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Segunda Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

6.12.2.6 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.

6.12.2.7 Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora terá de optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em prazo

maior a ser definido de comum acordo com os Debenturistas da Segunda Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em circulação devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, será utilizado um índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, o qual deverá observar os parâmetros utilizado em operações similares existentes à época a ser acordada entre a Emissora e a maioria simples dos titulares de Debêntures da Segunda Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série especialmente convocada para esse fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Segunda Série quanto ao índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2.8 *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.* As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à taxa máxima de 6,60% (seis inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizados de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com

base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominadas simplesmente "Remuneração").

6.12.2.9 A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros *Remuneratórios* das Debêntures Segunda Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificado por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissor ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série, nos termos da RCA.

6.12.2.10O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da Segunda Série, a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.13 *Amortização do Valor Nominal.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com os termos e disposições abaixo:

6.13.1 *Amortização das Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Primeira Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
33,3300%	15 de setembro de 2015
33,3300%	15 de setembro de 2016
33,3400%	15 de setembro de 2017

6.13.2 *Amortização das Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2017 (inclusive), ou seja, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Segunda Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, "Data de Amortização").

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário atualizado)	Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série
33,3300%	15 de setembro de 2017
33,3300%	15 de setembro de 2018
33,3400%	15 de setembro de 2019

6.14 *Pagamento dos Juros Remuneratórios.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série”). O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série” e, quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, “Data de Pagamento da Remuneração”). A tabela abaixo indica as datas de pagamento de remuneração das Debêntures:

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série
15 de março de 2013	15 de setembro de 2013
15 de setembro de 2013	15 de setembro de 2014
15 de março de 2014	15 de setembro de 2015
15 de setembro de 2014	15 de setembro de 2016
15 de março de 2015	15 de setembro de 2017
15 de setembro de 2015	15 de setembro de 2018
15 de março de 2016	15 de setembro de 2019
15 de setembro de 2016	-
15 de março de 2017	-
15 de setembro de 2017	-

6.14.1 Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil

imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:* Ressalvada as disposições das Cláusulas, 6.12.1.10, 6.12.2.7 e 6.17 abaixo, não será permitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures pela Emissora.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, de uma ou mais Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

6.17.1 No caso das Debêntures da Segunda Série, a Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa, nos termos da Cláusula 2.1(VII) acima.

6.17.2 A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado. A data da Oferta de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.17.3 Na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data de Resgate Antecipado das Debêntures; (ii) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (iii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 6.17.5 abaixo; (iv) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (v) a menção de que o valor a ser

pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures devida e ainda não paga até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso; (vi) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vii) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (viii) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

6.17.4 Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado, ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas/liquidadas em uma única data.

6.17.5 Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base na Comunicação de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso para as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso. Fica definido que, caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.6 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou

(ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.17.7 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, a Oferta de Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, observado que, caso a CETIP e/ou BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.8 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

6.18 *Recompra Obrigatória:* Observado o disposto nas Cláusulas 6.18.1 e 6.18.2 abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

(a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;

(b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;

(c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou

(d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

6.18.1 A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.18 acima, publicar aviso aos Debenturistas, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- (a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula 6.18 acima;
- (b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- (c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- (d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

6.18.2 O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula 6.18 acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

6.19 *Aquisição Facultativa:* A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário, ressalvadas o disposto nas Cláusulas 6.19.1 e 6.19.2 abaixo.

6.19.1 A Emissora não poderá adquirir e manter em tesouraria mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série até a data de vencimento das Debêntures da Segunda Série.

6.19.2 Ressalvado o disposto nas Cláusulas 6.19 e 6.19.1, a Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da

Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação. O cancelamento das Debêntures da Segunda Série que estiverem em tesouraria somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa.

6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX (conforme o caso); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX: (a) na sede da Companhia ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de

mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.25 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ("Vencimento Antecipado das Debêntures"), na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

(a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas, exceto a dissolução da controlada indireta Jornal Tudoja Ltda.;

(b) propositura, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(c) protestos de títulos contra a Emissora ou suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Emissora ou suas controladas, ou

seu equivalente em outras moedas, e que não sejam sustados, sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados ou efetuados por erro e má-fé de terceiros, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Emissora ou suas controladas tiver ciência da respectiva ocorrência;

(d) perda definitiva e irrecorrível (i) da concessão para a prestação de serviços de telefonia fixa pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (ii) autorização para a prestação de serviços de telefonia móvel pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (iii) de autorizações ou licenças relacionadas a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel pela Emissora e/ou suas controladas, conforme o caso (exceto, neste caso, por aquelas cuja ausência não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas);

(e) pagamentos pela Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

(f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão devidas aos titulares das Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de pagamento;

(g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão, que não as descritas na alínea (f) acima, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio de aviso por escrito neste sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(h) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações constantes desta Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas (f) e (g) acima, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de notificação neste sentido pelo Agente Fiduciário, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável;

(i) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no

prazo de cura previsto no respectivo instrumento, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial ou arbitral vigente obtida pela Emissora ou por suas controladas, conforme o caso;

(j) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, ainda que decorrente de contrato que não tenha natureza de crédito ou de financiamento, da Emissora ou de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;

(k) as declarações prestadas pela Emissora e as obrigações da Emissora, constantes dos Documentos da Oferta, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, enganosas ou materialmente incorretas;

(l) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos Documentos da Oferta (conforme termo definido abaixo), quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;

(m) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal evento afete substancialmente e de forma adversa a possibilidade de a Emissora ou suas controladas continuarem explorando economicamente, no curso normal de seus negócios, o ativo e/ou o direito que foi objeto dos atos governamentais acima mencionados, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento regular das atividades da Emissora e/ou a capacidade de pagamento da Emissora relativa às Debêntures;

(n) descumprimento, pela Emissora ou por suas controladas, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral, todas contra a Emissora ou suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;

(o) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), que envolva, inclusive, liquidação, dissolução e/ou extinção, envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada, exceto: (i) se previa e expressamente autorizada por 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (ii) exclusivamente no caso de

cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer controlada ou de ações de emissão de qualquer controlada presente ou futura, direta ou indireta; ou (iv) pela cisão de controlada com versão da totalidade do acervo cindido para a Companhia; ou (v) por qualquer cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária realizada exclusivamente entre a Emissora e suas controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas ou entre as controladas da Emissora, ou, ainda, se alguma controlada venha a ser liquidada, dissolvida ou extinta em decorrência dos referidos eventos societários; ou (vi) pela cisão de Controlada com versão do acervo cindido para sociedade que não seja a Emissora ou uma Controlada da Emissora ou disposição de Controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas, desde que referida cisão ou disposição de Controlada atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (x) referidas cisões ou disposições de Controladas não representem, cumulativamente ao longo do período de vigência das Debêntures, mais do que 15% (quinze por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora (i.e. a somatória de percentuais sobre receita operacional líquida da Emissora não deve ultrapassar 15% ao longo do período de vigência das Debêntures). Os percentuais sobre a receita operacional líquida serão apurados com base em demonstrações financeiras consolidadas da Emissora pro forma que reflitam os efeitos de tal cisão ou disposição, preparada exclusivamente para este fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas as informações financeiras obrigatórias); e (y) referida cisões ou disposições de Controladas não resultem na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário;

(p) se houver qualquer transferência de controle societário direto e indireto da Emissora, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (x) se referida transferência de controle societário direto e indireto da Emissora não resulte na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário; ou (y) se houver a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(q) se a Emissora, a partir da Data de Emissão das Debêntures, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

(r) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, ou quaisquer das suas controladas, detentoras de contratos de concessão (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, representantes de 75% das Debêntures em Circulação, exceto se (i) tal alteração não resulte na mudança da atividade principal da Emissora, ou de quaisquer das controladas; ou (ii) sejam alterações necessárias à manutenção das atividades da Emissora, ou quaisquer das suas controladas;

(s) transformação da Emissora em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades Por Ações;

(t) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido;

(u) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, excetuando-se alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, não superiores ao montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativo Não Circulante (conforme termo definido abaixo) da Emissora, conforme demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares da Emissora, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das Debêntures;

(v) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres não consecutivos, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, calculadas trimestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo "Índices

Financeiros” entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior ou igual a 2,00.

6.25.1 Para os fins da Cláusula 6.25 acima entende-se por:

“Dívida Líquida”: (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (comercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no passivo circulante e no não circulante; (b) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa.

“EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Despesa Financeira”: são as despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias; (ii) juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades de dívidas referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora; e (v) despesas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Receitas Financeiras”: são as receitas calculadas pelo regime de competência definidas como: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita de variação cambial de juros e principal, sobre as dívidas bancárias, sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Despesa Financeira Líquida” = Despesa Financeira – Receita Financeira.

“controlada”: qualquer sociedade, empresária ou simples, controlada pela Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

“Documentos da Oferta”: a Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação, o Prospecto

Preliminar, Prospecto Definitivo, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início da Oferta e Anúncio de Encerramento.

“Ativo Não Circulante”: Bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa. Para os fins da presente Escritura de Emissão, as sub-contas que constituem o Ativo Não Circulante são as seguintes: (i) Ativo Realizável a Longo Prazo; (ii) Investimentos; (iii) Imobilizado; e (iv) Intangível, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, anuais ou intercalares, da Emissora.

6.25.2. Os Índices Financeiros serão calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas por empresa de auditoria independente de reputação internacional, de acordo com os princípios contábeis brasileiros em vigor na Data de Emissão. Caso tais princípios contábeis sejam alterados após a Data de Emissão, tais Índices Financeiros deverão continuar sendo calculados de acordo com os princípios contábeis em vigor na Data de Emissão observando-se o disposto na alínea (i) da Cláusula 7.1.1 abaixo.

6.25.3 Os valores informados nos itens (c), (i), (j) e (n) da Cláusula 6.25 acima serão atualizados monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA.

6.25.4 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d)(i), (d)(ii), (e), (f), (g), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (r), (s) e (u) da Cláusula 6.25 acima acarretará o automático Vencimento Antecipado das Debêntures devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, emitir e enviar à Emissora, imediatamente, a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.25.5 Na ocorrência de quaisquer outros eventos, que não os indicados na Cláusula 6.25.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na assembleia mencionada, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 9 desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.25.6 Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.25.5 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.25.5 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.7 Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, efetuando o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou do último Período de Capitalização, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 6.27 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início e pelo anúncio de encerramento relativo à Oferta, que serão disponibilizados na página da Companhia na Internet (www.algartelem.com.br) e publicados no Brasil Econômico – edição nacional, todos os demais anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na Internet, bem como comunicados, na forma de aviso, no DOEMG e no Correio de Uberlândia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.27 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração

de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Companhia:

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Rua José Alves Garcia, nº 415, Uberlândia, MG, CEP 38400-668, Bairro Brasil

At.: Diretoria Financeira / Assessoria Jurídica

Telefone: (34) 3256-2010

Fac-símile: (34) 3236-7723

Correio Eletrônico: ri@algartelecom.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srt^a. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275, 5º andar

01013-001 - São Paulo – SP

At.: Diretoria de Regulamentação de Emissores

Telefone: (11) 2565-4000

Fac-símile: (11) 2565-4000

Correio Eletrônico: gre@bvmf.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia adicionalmente está obrigada a:

7.1.1 fornecer ao Agente Fiduciário caso não estejam disponíveis sua respectiva página na Internet e/ou na página da CVM na Internet e disponibilizar em sua respectiva página na Internet e/ou na página da CVM na Internet:

(a) Dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo do Índices Financeiros, devidamente auditados e revisados, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA e do quociente EBITDA/Despesa Financeira Líquida, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, além de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;

(b) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;

(c) Notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas assembleias;

(d) Dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Companhia e seus ativos que o Agente Fiduciário

eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Companhia ou que a Companhia não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;

(e) Em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;

(f) No prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Companhia não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

(g) No prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o inciso (xiv) da Cláusula 8.5 abaixo, todos os atos societários necessários para elaboração de tal relatório, informações financeiras e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(h) No prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento do relatório de *rating* enviado pela Agência de Classificação de Risco, encaminhar o relatório de *rating* para o Agente Fiduciário;

(i) Para os fins da Cláusula 6.25.2 acima, providenciar o envio de um relatório (*compliance certificate*) preparado por uma empresa de auditoria independente, caso ocorra qualquer alteração na legislação contábil, revisando os cálculos a que se referem a Cláusula 6.25.2 e, conseqüentemente, atestando o cumprimento dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (v) da Cláusula 6.25 acima; e

(j) Sem prejuízo do disposto na alínea (v) da Cláusula 6.25 acima, comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário sempre que os Índices Financeiros forem descumpridos pela Emissora durante qualquer trimestre ao longo da vigência das Debêntures. Para fins de clareza, a comunicação tratada nesta Cláusula 7.1.1(j) terá caráter meramente elucidatório.

7.1.2 Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

7.1.3 Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

7.1.4 Convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Companhia, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.1.5 Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.6 Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras consolidadas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.7 Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.8 Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.9 Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10 Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.11 Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

7.1.12 Manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.13 Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

7.1.14 Manter, conservar e preservar todos os seus bens materialmente relevantes, necessários para a devida condução de suas atividades.

7.1.15 Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Companhia na esfera judicial, arbitral ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos, obrigações assumidas em contratos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

7.1.16 Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e agência de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco"), devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Companhia deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco, com periodicidade de no mínimo 1 (um) ano, até a Data de Vencimento das Debêntures; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de

Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

7.1.17 Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional.

7.1.18 No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.19 Notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

7.1.20 Não omitir nenhum fato de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

7.1.21 Utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 4 nesta Escritura de Emissão; e

7.1.22 Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (vi) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (vii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (viii) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ix) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (x) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;

(xi) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(xii) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social;

(xiii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e

(xiv) com base no organograma societário disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, inciso XVII, alínea “k”, ambos da Instrução CVM nº 28/83, que não atua e não atuou em outras emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou, na hipótese de substituição, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Nos casos previstos abaixo e nos de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

(i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por

circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;

(iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28; e (b) caso a substituição for em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão que será devidamente registrada na JUCEMG;

(vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(vii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26 acima; e

(viii) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

(i) receberá uma remuneração:

(a) de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;

(b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM - Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;

(c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, além de juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR;

(d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) e acrescida dos impostos mencionados na alínea (c) acima; e

(e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

(ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, tais como notificações, extração de certidões, despesas com conferência call e contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, incluindo auditoria e /ou fiscalização, entre outras, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas, pela Companhia.

(iii) poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso (ii) acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, tendo, para tanto, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (vii) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da

Cláusula 9 abaixo;

(xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiv) elaborar e enviar à Companhia relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:

(a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Companhia;

(b) alterações societárias da Companhia ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;

(d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;

(g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

(h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;

(i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando (a) denominação do ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento; (f) tipo e

valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, conforme o caso; e
(g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

(xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima, no prazo máximo de 4 meses contados da data de encerramento do exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

(xvi) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.26, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;

(xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xviii) coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquela relativa à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1.16 acima; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 90 (noventa) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente

Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e a BM&FBOVESPA;

(xxi) divulgar as informações referidas no inciso (xiv) acima, item (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xxii) fazer com que a Companhia cumpra com sua obrigação de manter atualizado o relatório de *rating*, nos termos da Cláusula 7.1.16 desta Escritura de Emissão, e encaminhar à ANBIMA o referido relatório imediatamente após sua divulgação, nos termos do artigo 25, II do Código ANBIMA;

(xxiii) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou na sua página na rede mundial de computadores (www.pentagonotrustee.com.br);

(xxiv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; e

(xxv) acompanhar a destinação de recursos captados por meio da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos juntos aos administradores da Emissora.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos expressamente previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requer falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25.5 a 6.27 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos (i) a (iii) acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturista, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (iv), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto na Assembleia de Debenturistas da respectiva Série somente, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.6 acima:

(a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;

(b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (i) das disposições desta

Cláusula 9.6.1 (b); (ii) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.12.1.10 e 6.12.2.7, acima; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; (vii) das disposições relativas à Cláusula 6.19 – Aquisição Facultativa acima; e (viii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento.

9.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer da Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, empregado, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau da Companhia.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou

bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (iv) descumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral;

- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) os Prospectos e o Formulário de Referência contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas, incorretas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão e no Formulário de Referência seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (f) as informações financeiras da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes para a execução de suas atividades, exceto para aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial;
- (h) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;

- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (j) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis aplicáveis; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência;
- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o mencionado na seção "Requisitos" dessa Escritura de Emissão;
- (m) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social da Emissora;
- (n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé nas esferas administrativas e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora;

- (p) a Emissora possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Documentos da Oferta; e
- (q) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive mas não limitado a obrigação de utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão na forma estabelecida na Cláusula 4 acima.

10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula 10.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições

válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 19 de setembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários– Página de Assinaturas 1/3.

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários– Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários– Página de Assinaturas 3/3.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF: